

IGREJA E MOVIMENTOS POPULARES¹

*Luiz Eduardo W. WANDERLEY**

Tentar efetuar um balanço analítico da atuação da Igreja, em suas relações com os movimentos sociais populares, requer, desde logo, a colocação de alguns comentários iniciais.

O termo Igreja (no caso, Igreja Católica) deve ser tratado em sua globalidade, compreendendo elementos universais e nacionais, categorias diferenciadas: bispos, padres, religiosos, leigos, contexto externo e interno, e os próprios movimentos, mais ou menos religiosos, que ela suscita para uma atuação na realidade de dentro e de fora, entre outros. É preciso, pois, cuidar para distinguir os efeitos de sua presença enquanto instituição religiosa, enquanto instituição social fundada numa religião, e enquanto movimento dos católicos, ademais das inter-relações entre as próprias modalidades. Sem o rigor desejável, estarei utilizando ora uma ora outra.

Comentar os movimentos sociais, rurais e urbanos neste período, em sua variedade e diferenciações, acrescido do fato de que alguns permanecem atuantes na presente conjuntura, exige um esforço acurado no sentido de manter a indispensável distância crítica que não vicie a análise, e pesquisas profundas e sistemáticas que agora começam a ser melhor desenvolvidas.

A escolha do corte histórico no ano 1964 torna imperiosa a recuperação das possíveis influências da conjuntura imediatamente anterior, e de suas raízes em períodos mais afastados, que os cientistas sociais e historiadores apontam como relevantes.

Estes componentes requerem um tratamento que os comentários

1. Este texto é parte do livro *História da Igreja do Brasil*. Petrópolis, Vozes, no prelo.

* Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP.

aqui expostos estão longe de alcançar. Preferi, mais do que um estudo pormenorizado dos movimentos, trabalhar com uma breve descrição deles e com um conjunto de questões que, a meu juízo, pareceram significativas para uma reflexão dos leitores. Elas têm um teor um pouco de avaliação e um pouco de sugerir traços comparativos com a realidade presente, abrindo pistas para o futuro.

1. *Os Movimentos Populares*

Os movimentos populares são sensíveis às influências de fatores históricos, estruturais e conjunturais, acompanhando a dinâmica e as contradições do processo de expansão do capitalismo no país. Dadas algumas controvérsias sobre o significado da expressão “movimentos populares”, é conveniente explicitar determinados elementos que considero básicos para a sua compreensão.

Pelo termo *movimento* estou entendendo que são:

- *práticas coletivas, supra - individuais:*
 - originadas de grupos e classes sociais;
 - dotadas de certa organização e objetivos, mais ou menos manifestos;
 - com alguma permanência no tempo, bastante variável segundo sua natureza e condições de existência.
- *práticas de natureza diferenciada, que se dão nas instâncias, econômica, política e ideológica, de:*
 - ajuda mútua e auto - ajuda
 - resistência
 - reação
 - propostas alternativas
- *práticas realizadas por distintas e múltiplas formas de:*
 - protesto
 - denúncia
 - pressão
 - apoio
 - despistamento
 - mobilização
 - conflito etc.
- *práticas condicionadas pela influência direta de pessoas* (lideranças, agentes) e de *instituições* (igrejas, partidos, organi-

zações políticas etc.), em sua criação, constituição, funcionamento, recursos e sentido.

Pelo termo *popular* estou entendendo que são:

- pertencentes a grupos e classes populares, abrangendo basicamente o campesinato, o proletariado rural e urbano (trabalhadores produtivos - operariado, e trabalhadores improdutivos), subempregados, desempregados, e setores da pequena burguesia em situação de proletarianização.
- constituídos de todos aqueles que sofrem os processos de expropriação e exploração econômicas, e de dominação social (étnica, sexual, ecológica etc.) e política.
- formados tanto ao nível da produção, quanto ao nível da reprodução econômica, e de outros níveis socioculturais.

2. *Breve descrição dos movimentos e suas ligações com a Igreja Católica*

2.1. *As transformações propiciadas pelos acontecimentos de 1964*

O corte de 1964 trouxe grandes modificações no quadro dos movimentos populares. O clima sociopolítico dos anos 60 - 64 mostrava, por um lado, os sinais evidentes de ruptura do pacto social populista, e por outro lado, uma exacerbação da mobilização política à direita e à esquerda².

2. Existe uma vasta literatura tentando analisar o período imediatamente anterior e as causas da ruptura de 1964. Dentre ela, podem ser citados: CALLADO, A. *Tempo de Arraes - padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964; CARDOSO, F.M. *O modelo político brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1973; FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962; IANNI, O. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; e ainda *Estado e planejamento econômico (1930 - 1970)*. Rio de Janeiro, 1971; JULIÃO, F. de. *Que são as ligas camponesas?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; NUNES LEAL, V. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma religião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; PEREIRA, L. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo, Pioneira, 1971; WEFFORT, F.C. *Populismo e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; WANDERLEY, L.E. *O plano trienal (1963 - 1965) e o desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972. (tese de mestrado).

O movimento sindical urbano mantinha-se fundamentalmente atrelado à política governamental, organizando pressões, paralisações e greves (muitas preparadas em gabinetes). Dividiam-se as lideranças e direções das entidades sindicais, muitas das quais ligadas diretamente ao governo, entre correntes de esquerda (com presença ativa dos comunistas e de setores dos partidos políticos, com predominância dos filiados ao PTB, e de uns poucos setores católicos com predominância de pessoas ligadas a JOC e à ACO, algumas ao PDC, e - no período 62-64 - com certa presença da Ação Popular - AP) e entre correntes de direita (ligadas a empresários, partidos e setores católicos)³.

Predominantemente no âmbito urbano e dentre as várias forças sociais atuantes na fase pré-64, atuava o *Movimento dos Círculos Operários*, que se centrava numa proposta de formação para trabalhadores, através de cursos, basicamente, e que contava com uma estrutura organizativa — a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNCO), criada pelo próprio movimento a partir de 1937. Funcionava através de núcleos, os Círculos Operários, a nível local, de Federações, a nível estadual, e de Confederação, a nível nacional. “Atuando à margem dos sindicatos oficiais e centrando sua atuação em atividades de assistência social e de evangelização, os círculos sempre se constituíram num movimento de oposição às tendências de esquerda, mas nunca de oposição à orientação do Estado e das classes dominantes, pois sempre se pautaram por uma visão harmonizadora entre o capital e o trabalho”⁴. O Movimento e a CNCO tiveram o apoio técnico e financeiro do IPES/IBAD⁵. No VII Congresso Nacional foi lançada a Escola de Líderes Sindicais (ELO), sendo que algumas funcionam ainda hoje.

3. Sobre o sindicalismo urbano e suas relações com a sociedade brasileira, existem vários estudos importantes. Para se ter uma visão de conjunto do tema, consultar: MARTINS RODRIGUES, L., org. *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo, DIFEL, 1968; RODRIGUES, I.A. *Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1968; SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, EDUSP, 1966; VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
4. MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação em sindicatos: (quem disse que a gente não sabe?)*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1983. p.44. (tese de doutorado). WIARDA, J. Howard. *O movimento operário católico brasileiro: os dilemas do desenvolvimento nacional*. USA, University of Massachusetts, Centro de Relações Trabalhistas e de Pesquisa; Rio de Janeiro, Centro João XXIII, 1974. (mimeografado).
5. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 309-310.

O Movimento Circulista assumiu posição favorável ao golpe civil-militar de 1964 e forneceu quadros dirigentes de reposição para preencher os cargos deixados após a intervenção na maioria das organizações sindicais, o que lhe valeu a repulsa dos setores de oposição e exclusão da Confederação Latino-Americana de Sindicalistas Cristãos (CLASC, hoje CLAT) e da Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos (CISC, hoje CMT).

É conveniente registrar a presença da *Frente Nacional do Trabalho* (F.N.T.), fundada em maio de 1960, por um grupo de trabalhadores, advogados, padres e estudantes, em São Paulo e com subsedes no interior. Ela gerou um movimento que procurava aplicar os princípios da doutrina social cristã, prestando serviços de assistência jurídica a trabalhadores, a sindicatos, e ministrando cursos de doutrina social. “Acho que dentro da Frente existem e sempre existiram três tendências: uma tendência cristã, uma anarquista e uma socialista”⁶. Busca(va) uma autonomia político-partidária, e mantem(inha) estreitos vínculos com a Igreja, sem uma ligação formal com a hierarquia. Após 64, há uma retração das atividades e a F.N.T. atuou como apoio nos poucos espaços existentes, tendo o setor jurídico funcionado como suporte básico.

Vale lembrar, ainda, a existência da *Cooperação Social Brasileira* (C.S.B.), constituída em 1963, que congregava a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos (CBTC, expulsa em 1964), Ação Católica Operária, Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos, F.N.T., Frente Agrária Paulista e Frente Agrária Gaúcha, JAC, JIC, JOC, e alguns membros de A.P. Buscava criar setores de formação de lideranças e seguiu funcionando como uma frente de articulação de movimentos católicos, rurais e urbanos, até 1973. Também, a nível nacional, teve expressão a *Juventude Operária Católica - JOC*, movimento de leigos para formação de militantes e evangelização do meio operário, que, nas palavras de algumas de suas lideranças, se constituiu na origem da futura Oposição Sindical. Com menor força, mas nos marcos da mesma orientação, atuava também a *Ação Católica Operária - ACO*, formada de adultos. Estes dois movimentos, num primeiro momento, entraram em compasso de espera em função da crise que se abateu sobre a Ação Católica Brasileira, principalmente sobre a

6. Apud S.M. MANFREDI, *op. cit.*., depoimento de um militante da F.N.T.

JUC⁷. Num segundo momento, ainda que em tempos distintos, evoluem para uma linha mais progressista.

O movimento sindical rural estava em plena ascensão nos anos 62-64. Várias forças atuavam nesta área com orientações conflitantes: os católicos, divididos em correntes diferentes (Setores de Assessoria às Dioceses, Frentes Agrárias, Círculos Operários, Movimento de Educação de Base), o governo (Assessorias Sindicais Estaduais, Comissão Nacional de Sindicalização Rural), setores de esquerda (comunistas - com o PC e a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil - ULTAB; independentes e socialistas - com a Ação Popular)⁸.

Após abril de 64, a repressão atingiu em cheio o movimento sindical rural, sendo que alguns setores ligados à Igreja se propuseram e assumiram direções sindicais como interventores; outros, mais combativos, tentaram ainda por algum tempo o trabalho de assessoria, e outros foram extintos.

Importante registrar o movimento associativista de luta pela terra - Ligas Camponesas - cuja atuação balizou a própria dinâmica do sindicalismo rural⁹. Intensamente reprimido, muitos de seus quadros foram extintos, seus líderes foram para o exílio, e alguns militantes continuam combativos até os dias de hoje.

Como movimentos expressamente políticos, nos quais os princípios doutrinários e a visão de mundo da Igreja exerciam papel destacado, e nos quais os membros eram predominantemente de classe média,

7. Sobre a JUC existem várias referências em distintos trabalhos, sendo o estudo mais completo o elaborado por GOMEZ DE SOUZA, Luis Alberto. *Les étudiants chrétiens et la politique au Brésil*. Paris, Univ. de Sorbonne, 1979. 2.v.

8. Ainda que haja carência de pesquisas mais sistemáticas sobre o sindicalismo rural no período, a nível nacional, alguns trabalhos dão conta das lutas sociais naquele contexto, como por ex.: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961 - 1964)*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978; COSTA, Sérgio A. *O C.G.T. e as lutas sindicais brasileiras (1960 - 1964)*. São Paulo, Grêmio Politécnico, 1981. cap. 3.; WANDERLEY, L.E.W. *Educar para transformar: educação popular - Igreja Católica - política, no Movimento de Educação de base (MEB) - 1961 - 1965*. São Paulo, Dep. de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1982. v.1, cap.9, p.275-321. (tese de doutorado).; CALAZANS, J. *Le syndicat paysan comme instrument institutionnel de participation - le cas du nordeste du Brésil*. Paris, Sorbonne, s.d. (thèse de troisième cycle à l'École Pratique des Hautes Etudes. mimeo); CANESIN GUIMARÃES, M.T. *Formas de organização camponesa em Goiás 1954/1964*. São Paulo, PUCSP, 1982. (dissertação de mestrado).

9. Dentre os trabalhos existentes sobre o assunto, consultar JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; RUGAI BASTOS, Elide. *Ligas Camponesas: estudo sobre a luta dos camponeses em Pernambuco*. São Paulo, F.F.C.H. da USP, 1980.

convém registrar o movimento partidário de defesa e difusão da democracia cristã - PDC e o movimento revolucionário de luta pela transformação do sistema capitalista - AP¹⁰. O PDC diluiu-se na reformulação partidária implantada, com certos grupos alinhando-se na situação e outros na oposição. A AP transformou-se em sua orientação, passando por várias etapas¹¹, e permanecendo até hoje, como uma pequena tendência de esquerda.

2.2. O período 1964 - 1968

Tempos duros de redefinição de linhas, objetivos, estratégias e táticas para todos os movimentos sociais, tentando adaptar-se às novas situações. Todos os setores mais combativos e progressistas foram sendo cerceados, controlados, perseguidos. Naqueles anos, foram-se delineando aspectos dos futuros rumos dos movimentos populares e das políticas de controle do Estado para com eles.

O Estado acentuou o *sindicalismo de controle*, cooptando as antigas lideranças “pelegas” e criando novas, alimentando o assistencialismo nas entidades sindicais, excluindo o povo da política, montando um enorme sistema de política social paternalista e acomodador.

Ademais das intervenções – no período 1964 - 1965, houve 383 em sindicatos (79,3%), 45 em Federações (91,8%) e 4 em Confederações (100,0%) – , o Estado interveio nas entidades sindicais, esvaziando as suas funções, intervindo na arrecadação do imposto sindical e na sua fiscalização, controlando os cargos de direção com “atestados de ideologia”, proibindo a greve. Contudo, o movimento operário não se acomodou, sempre demonstrando seu inconformismo através de ações e práticas coletivas moleculares, cuja expressão maior foram as greves de Osasco e Contagem. Um embrião de uma organização autônoma aconteceu na experiência das Comissões de Fábrica da Cobrasma.

A Igreja, cindida, por uma parte louva o novo regime, por outra parte inicia a crítica a aspectos básicos da filosofia e das ações estatais e das práticas dos setores dominantes, ao mesmo tempo que vai organi-

10. Informações sobre estes movimentos, dentro do quadro da Igreja Católica e da política na época, encontram-se em SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1979.

11. *Ibidem*.

zando um espaço social de guarida e apoio aos setores populares. Os movimentos de Ação Católica, voltados para os meios populares (Juventude Agrária Católica – JAC, JOC e ACO) em graus e níveis maiores ou menores, passaram por transformações importantes, e muitos dentre seus quadros servirão depois de base para novos movimentos no campo e na cidade. Grupos de católicos iniciam uma crítica mais dura à estrutura sindical e tomam iniciativas de um trabalho de base nas empresas, constituindo os primeiros embriões do movimento de oposição sindical. As idéias existentes de um compromisso social mais efetivo por parte da Igreja Católica, as novas reflexões teológicas que embaraçarão a teologia da libertação, as críticas à estrutura paroquial, as sugestões de uma pastoral popular renovada encontrarão abrigo e novos impulsos nas discussões e diretrizes traçadas em Medellín (1988).

Setores minoritários dentre os liberais e as esquerdas, que ainda possuíam alguma faixa de manobra, aproveitaram seu relativo grau de liberdade para tecer críticas virulentas às medidas governamentais, no Congresso e nos meios de comunicação de massa. A falta de meios para um controle total dos grupos no poder sobre o processo econômico - político, as críticas da oposição, e as limitadas, mas de ampla ressonância, rearticulações do movimento popular em seu conjunto estabeleceram o caldo de cultura para que segmentos mais conservadores e autoritários das áreas civil e militar baixassem o AI-5, de completo fechamento político.

2.3. *De 1968 à abertura política*

Os anos seguintes a 68 foram os mais negros na história brasileira, e a um autoritarismo político esmagador correspondeu uma fase de crescimento econômico marcante, cujo modelo trouxe, contudo, o aumento das desigualdades regionais e sociais. Procurou-se calar a voz popular, mas ela foi engendrando outros caminhos. Procurou-se abafar o movimento operário e sindical, mas ele foi descobrindo novas saídas. Procurou-se amedrontar a Igreja crítica, mas ela foi solidificando sua pastoral popular. O movimento popular foi abafado mas renasceu das cinzas com maior vigor. Todo este processo gerou novas contradições.

Com o modelo de expansão capitalista adotado, privilegiando a internacionalização do mercado interno, os processos de acumulação e concentração do capital via o tripé – multinacionais, Estado, empresas nacionais – , os grandes projetos, a exportação, entre outros fatores, a realidade social assumiu formas perversas. *No campo*, a expropriação e

violência conduziram à expulsão dos trabalhadores rurais da terra, aos conflitos, ao aumento das migrações campo-cidade. Nas *zonas urbanas*, houve um acelerado processo de urbanização que acirrou a exploração e a dominação, e conduziu, por uma parte, ao achatamento salarial, à manipulação de índices, à deterioração das condições de trabalho e à repressão nas fábricas; e por outra parte, à aglomeração da mão-de-obra nas periferias e bairros pobres sem infra-estrutura, à especulação imobiliária, ao encarecimento do solo urbano, à expoliação urbana (cansaço, fadiga, doenças mentais etc.), que deterioraram a qualidade de vida. Neste contexto, os trabalhadores foram descobrindo e encontrando meios de sobrevivência e formas de resistência, lutando para satisfazer as suas necessidades básicas.

O período de 1968 a 1974 é considerado de resistência, feita principalmente no interior da fábrica, como atestam dados da imprensa operária, boletins da oposição sindical e da pastoral operária. “As principais lutas e / ou ações que surgem no interior das fábricas são relativas a questões como: atraso no pagamento, não pagamento de horas extras, aumento da intensidade (do ritmo) de trabalho. Só em alguns setores mais avançados (seções de operários qualificados de fábricas mais importantes) luta-se por aumento de salário e alguma forma de garantia de emprego (diminuição da rotatividade do trabalho)”¹².

Uma demonstração de descontentamento e de oposição ao regime expressar-se-á através do voto no único partido da oposição (MDB), em 1974. Os militantes da Oposição Sindical e da Pastoral Operária realizavam um trabalho de aglutinação dos trabalhadores, através da rede de várias organizações e atividades: comunidades eclesiais de base, cursos de alfabetização, centros de compras comuns, comissões de moradores etc. “A violenta repressão que se abateu sobre o movimento operário provocou um processo de internalização e de revisões críticas, acerca das formas de atuação política e organizativas dos períodos anteriores. Este processo de internalização também teve reflexos sobre a educação”¹³.

O movimento pela reposição salarial, em 1977, e as greves de 1978 e 1979 mostraram a irrupção do novo movimento operário e sindical. A partir deles, acentuaram-se os questionamentos à atual estrutu-

12. ABRAMO, Lais. *O papel do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema na eclosão do movimento grevista de 1978*. São Paulo, 1982. (Relatório de atividades elaborado para a FAPESP), *apud* S.M. MANFREDI, *op. cit.*

13. S.M. MANFREDI, *op. cit.*, p. 94.

ra sindical, ao imobilismo e à falta de representatividade das diretorias existentes, à inoperância dos sindicatos, e se definiu o caráter do Estado como mediador a favor dos capitalistas, na maioria das vezes. Fortaleceu-se a luta pela democratização interna dos sindicatos. Conforme a síntese feita por Manfredi em sua tese citada, podem-se distinguir três grandes blocos no interior do movimento sindical de São Paulo, e que *mutatis mutandis*, pode ser aplicada a outras regiões do país: “O chamado “grupo dos autênticos”(. . .) que, sob a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, passa a propor um sindicalismo combativo (não conciliador), democrático e de base, a partir de uma atuação no interior dos próprios sindicatos oficiais; o bloco das *oposições sindicais*, que se propõem a combater a estrutura sindical oficial, postulando a construção de um novo tipo de sindicalismo, combativo, democrático e que teria como pilares mestres a organização a partir dos locais de trabalho, através da criação de comissões e grupos de empresa (. . .) E, finalmente, o bloco dos sindicalistas que conservam uma postura e uma prática, notadamente burocrático - assistencialista (e alguns casos chegou a ser policialesca) e, que do ponto de vista político acaba servindo aos interesses do Estado e das classes dominantes” 14.

Nestes últimos anos, por força da nova pastoral popular empreendida no campo, das lutas dos trabalhadores rurais, dos conflitos de terra, irrompeu um vigoroso *movimento de sindicalização rural* e de *outras formas de mobilização e de organização* dos camponeses, bóias-frias, assalariados, pequenos produtores etc., para o qual muito contribuiu a atuação da CPT e de grupos de oposição sindical.

Nas zonas urbanas, surgiram os chamados *movimentos sociais urbanos*, voltados basicamente para invasões, resistência a expulsões, organizações e conquistas dos meios de consumo coletivos, ligados à reprodução, com práticas diversificadas, desenvolvidas nos bairros, de ajuda mútua e auto - ajuda, a partir de lutas por água, luz, saneamento, creches, educação, transporte, habitação etc. Estas lutas e reivindicações são dirigidas diretamente ao Poder Público, em suas várias instâncias, originando conflitos crescentes.

Outras questões, igualmente importantes, colocaram na cena polí-

14. *Ibidem, op. cit.*, p.114, nota 209.

tica temas relevantes que dizem respeito às discriminações, preconceitos, desigualdades, explorações entre raças e sexos. Daí, irromperam os movimentos de negros e os feministas que questionaram o racismo e o machismo, latente ou manifesto, de grande parte da população, e buscaram conscientizar e organizar seus respectivos setores. Sua presença no movimento popular enriquece a realidade, não obstante criar novas contradições. Merecem menção, ademais, outros movimentos de minorias oprimidas, sobressaindo, por sua força simbólica, os dos índios.

Ainda enfrentando situações complexas e contradições particulares, outros setores sociais passaram a se reunir e a se movimentar, tais como, grupos de jovens dos meios populares, estudantes dos vários níveis de ensino, motoristas, artesãos, comerciários, funcionários etc., pressionando e mostrando as suas insatisfações em questões próprias e em questões que interessavam diretamente aos setores populares. Suas reivindicações e mobilizações, somadas as dos movimentos operário, sindical, e popular no sentido amplo, suscitaram também ações mais conseqüentes de grupos liberais – artistas, professores universitários, advogados, arquitetos, sociólogos etc. – e de representantes parlamentares que os apoiaram e encaminharam suas denúncias e reivindicações a quem de direito. Esses movimentos também alimentaram atividades dos meios de comunicação alternativos em sua luta mais independente e democrática, que iam desde os boletins mimeografados e meios audio-visuais até a chamada “imprensa nanica”.

Interessante registrar que em algumas regiões, basicamente nas capitais, todos estes setores e movimentos buscaram formar comissões e mesmo movimentos conjuntos, ou agir de forma conjunta, adquirindo maior consistência e vitalidade. Exemplificando, podem ser citados os vários Centros de Defesa dos Direitos Humanos, o Movimento do Custo de Vida, o Movimento contra a Carestia, a Associação Nacional de Articulação dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), o Trabalho Conjunto de Salvador, e outros mais. Dentre eles, vale apontar este movimento de Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical, principalmente pela expressão assumida na mobilização para a realização das reuniões regionais e nacional da CONCLAT e para a criação da CUT, dentro de uma linha mais combativa, o que lhe valeu fortes críticas do movimento sindical oficial. Iniciado pela articulação de dirigentes sindicais e pessoas vinculadas à luta da classe trabalhadora, procurou ligar o movimento sindical aos movimentos de bairros e de comunidades de base, os movimentos da cidade e do campo, redefinir as relações com os partidos, e propugnar pela criação de Centrais nacionais encaminhadas a partir das bases dos trabalhadores.

2.3.1. *Movimentos com influência mais direta da Igreja Católica*

A) No que se refere aos Círculos Operários, como se afirmou antes, eles foram aquinhoados com cargos nas direções sindicais pós - 64 e continuaram atuando através das ELO. Em que pese o fato das modificações na realidade do país e as transformações de setores expressivos da Igreja na sua maior ligação com os grupos e classes populares, na linha libertadora, a força dos circulistas continua reformista e conservadora, em termos doutrinários e políticos¹⁵.

B) Com relação à F. N. T., ela sempre esteve centrada em atividades de formação e de assistência jurídica, meios para a sua articulação e organização com o movimento popular. Nas palavras do Manfredi, “durante o período de 1969/1974, a F. N. T. funcionou como uma entidade de apoio a grupos de trabalhadores e intelectuais que procuravam manter-se organizados e atuantes, nos poucos espaços de resistência possíveis (. . .). Durante o período de resistência até 1978, a F. N. T. foi uma entidade de apoio para vários setores das classes subalternas que estavam se organizando através do movimento de custo de vida, movimento dos direitos humanos, as comunidades eclesiais de base, a pastoral operária, as oposições sindicais (notadamente a OS-MSP) e dos núcleos de apoio ao partido oposicionista (MDB), nas eleições de 1974”¹⁶. A orientação político - ideológica de reformar o sistema capitalista, nos seus primeiros anos, foi dando lugar a uma reorientação gerada pela própria prática, que tendeu a definição de um projeto “socialista de sociedade” e à busca de uma transformação social caracterizada pelo *método da não - violência ativa e da firmeza permanente*, que expressaria, de certa maneira, sua especificidade. “(...) após 1979, a F. N. T. passa a se constituir como uma corrente política, cujas propostas se estendem ao nível da sociedade civil, para os setores e movimentos em que seus militantes têm meios de penetração”¹⁷.

15. Segundo notícia do Jornal *O Estado de São Paulo*, 11 de nov. 1983, informando sobre declarações do presidente dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul e corroboradas pelo presidente da Confederação Brasileira dos Círculos, - “padres progressistas vêm tentando manipular em todo o País os Círculos Operários, que reúnem de 100 a 150 mil pessoas e que, embora ligados à Igreja, não concordam com a ala do clero que manipula ideologicamente e politiza o Evangelho, nem com as pastorais da Terra e Operária da CNBB e as Comunidades Eclesiais de Base”.

16. S.M. MANFREDI, *op. cit.*, p.131.

17. *Ibidem*, p.143.

C) Os antecedentes da *Pastoral Operária* (P.O.) podem ser encontrados na década 60 - 70, tendo como pano de fundo a existência dos movimentos apostólicos já citados, os Círculos, e experiências de pessoas e grupos ligados a paróquias ou a comunidades. Por volta dos anos 70, quando se inicia um processo de oficialização e estruturação do trabalho apostólico com os trabalhadores, travou-se uma luta pela sua natureza, em torno da opção de classe. No geral, a P.O. vem assumindo esta posição classista, dada pelo reconhecimento da existência e da luta entre as classes sociais no capitalismo. Na época de maior fechamento e de repressão, a P.O. realizava trabalhos de base nos bairros, nas fábricas, nos sindicatos e nos movimentos populares. Os membros buscavam se formar através de dias de formação. Pouco a pouco, seu trabalho foi sendo divulgado no interior da Igreja e nas comunidades. Progressivamente, alguns militantes iam participando do movimento operário e assumindo uma linha de oposição à estrutura sindical e de favorecimento da organização pela base. Em 1974, a repressão atingiu seus membros em alguns estados, havendo várias prisões por acusação de que eles mantinham ligações com partidos clandestinos de esquerda. A Campanha da Fraternidade de 1978, com o tema "Trabalho e Justiça para todos" deu-lhe certo impulso. Sua presença nas greves por fábricas e nas campanhas eleitorais dos sindicatos mais fortes enfatizou a participação no movimento operário e trouxe problemas pela retirada de militantes dos grupos de base. A íntima relação entre a P.O. e a Oposição Sindical trouxe vantagens e, ao mesmo tempo, confusões sobre as posições próprias de cada uma. Existiram (em) problemas também na identidade e nas relações entre a P.O., que quer ser "pastoral", e os "movimentos" apostólicos do meio operário. Houve também presença sua na ANAMPOS.

D) O *Movimento do Custo de Vida* desenvolveu-se com maior estruturação em São Paulo, estendendo-se posteriormente para outros estados. O início mais sólido se deu em 1975, na cidade de São Paulo, a partir preponderantemente das comunidades eclesiais de base e de clubes de mães. Através de uma pesquisa sobre as conseqüências da carestia, mobilizou um conjunto de pessoas ponderável (assembléia de 4.000 pessoas em 1976) naquelas circunstâncias, conseguindo em 1978 recolher quase 1.300.000 assinaturas em um abaixo - assinado.

"Uma rápida análise do *Movimento do Custo de Vida* e de seu abaixo - assinado revela aspectos muito interessante para a compreensão do movimento popular. O texto do documento refere-se aos salários mas também aos pequenos *rendimentos*, atentando

para os contingentes não assalariados das classes populares. Coloca uma quantidade de *aspirações populares*, entre as quais a *re-creação*, a *cultura* e, destacadamente, a *participação política efetiva* nas decisões do país. Um primeiro texto do abaixo - assinado já se encontrava circulando, e havia colhido muitas assinaturas, quando, as *bases* exigiram a sua modificação. É que a sua linguagem estava 'popular demais' e daria lugar a uma adesão dos setores médios mais por *solidariedade* do que por uma *unidade* de perspectiva comum - e não era aquilo que se queria. A reformulação foi feita e o trabalho reiniciado" 18.

É claro que, naquele momento de crescimento, membros de organizações políticas ficaram com cócegas para ampliar suas clientelas dentro do movimento, ou assumir a hegemonia do mesmo. Esse processo levou a rupturas no movimento e ao seu desmembramento, facilitado que foi pela falta de um processo interno de educação política maior, na linha de conscientizar que as causas do custo de vida estavam na política econômica do governo federal, e mesmo pela ingenuidade política de inúmeras lideranças católicas leigas e de padres e religiosos que animavam o seu desenvolvimento. Mas certamente, ele contribuiu para animar o avanço das reivindicações populares e para propiciar uma tomada de consciência das pessoas atingidas.

E) Sem desconsiderar algumas ações embrionárias por volta dos anos 63 e 64, a *Oposição Sindical* vai realmente se constituir em 67 e se fortalecer em 70. O movimento nasceu da atuação de pequenos grupos de operários que se encontravam para discutir o que fazer dentro da fábrica e no sindicato, e ganhou vigor em reuniões mais amplas para analisar o como agir naquela conjuntura. Aí surgiram os boletins, a "União Metalúrgica de Luta". Ao que consta, o trabalho realizado buscava harmonizar a vida sindical e na fábrica com a vida no bairro, e com a vida família - o que se efetuava nos cursos de preparação para o casamento. Com o crescimento de grupos e organizações nos bairros, alguns trabalhadores procuravam refletir sobre a necessária integração da luta travada nos bairros com a luta de fábrica, almejando clarificar uma visão de classe. Momentos especiais como as comemorações de 1º

18. Ver: O MOVIMENTO popular se organiza e se manifesta. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, (56): 11, jul./ago. 1978.

de Maio e as campanhas sindicais ensejavam discussões nas bases dos clubes de mães e propiciavam a vinculação dessas lutas. As prisões de militantes sindicalistas se, por um lado, trouxeram medo e dúvidas, por outro lado, fizeram desenvolver um trabalho de solidariedade que fez avançar certos segmentos. Na greve de 68, houve grupos nos bairros que coletaram dinheiro e gêneros alimentícios para ajudar os grevistas. No surgimento da Pastoral Operária, suas publicações enfatizavam a ligação entre o que passava no movimento operário e as comunidades nos bairros.

A Oposição Sindical foi e é uma frente de pessoas de diversas concepções políticas e que mantém um objetivo comum: “(. . .) que é criar uma estrutura sindical nova a partir do trabalho de fábrica e combater o pelego. Isso é comum. Agora, as concepções políticas são diferentes, e as religiosas também são diferentes. Tem gente que é ateu e tem gente que não é ateu”¹⁹. Militantes da JOC e da ACO participaram de seus quadros, desde os seus primórdios. A Oposição sempre teve altos e baixos, interrupções, desaparecimentos em algumas regiões, renascimentos e momentos de pico. Nos períodos de maior repressão, venceu a proposta de nucleação contra a confrontação, para evitar sair da fábrica.

Uma proposta que sempre pesou, e que se revigorou com os efeitos da manipulação que grupos de esquerda fizeram no meio operário, foi a da necessidade da autonomia e independência. A radicalidade dessa orientação tendeu, em certos instantes, a conduzir a Oposição a formar um movimento paralelo. Porém, a consciência da necessidade de lutar por um sindicalismo novo e autônomo levou à participação em eleições sindicais e a conquistas significativas.

Muitos militantes da Oposição são membros da Pastoral Operária o que cria um sistema de vasos comunicantes entre eles. Os da oposição levam a sua experiência de fábrica e sindical para lá, amadurecem os novos membros que entram na pastoral e recebem em troca apoio dela, tanto no sentido material quanto no sentido de uma reflexão mais ampla. Ainda que os campos próprios as vezes se confundam, essa colaboração mútua tem favorecido ambas as partes.

F) No campo, face aos graves e complexos problemas, a uma situação de injustiças flagrantes e de violência, os lavradores, pequenos

19. Depoimento gravado de um militante.

produtores, assalariados ou não, desenvolveram formas de organização, de lutas e resistências. Uma pesquisa da CPT sobre estas formas destacou: denúncia, resistência pacífica feita de inúmeras maneiras e mesmo armada em ações de autodefesa, justiça, pedidos de desapropriação, reivindicações, abaixo-assinados, manifestações, atos públicos, ocupação, grupos de reflexão, participação sindical, participação política, formação de grupos de estudos, união de forças. Os movimentos mais organizados têm contado com a ajuda de várias forças sociais: partidos e tendências políticas, sindicatos, igrejas, CONTAG, oposição sindical e, dentro da Igreja Católica, a presença ativa das CEBs e da CPT. Ainda que as lutas sejam muito amplas, a luta pela terra é o marco que polariza.

Sem dúvida, desde seu nascimento em 1975, a CPT transformou-se num dos instrumentos mais importantes da pastoral, criando condições para a organização dos trabalhadores.

“De todo modo, o essencial, para a CPT, é criar condições e estimular o povo a organizar-se, construindo instrumentos livres e autônomos em todos os níveis. A CPT não é, nesse sentido, um movimento. E em hipótese alguma ela é uma organização de trabalhadores. Ela quer servir à causa da necessária organização popular, mas esta deve nascer do povo enquanto agente político e não da parcela deste povo que está na luta comum como forma de vivenciar a sua fé”²⁰.

Dada a variedade de situações e de problemas, ademais dos interesses distintos defendidos pelos vários setores sociais do campo, uma das grandes dificuldades do movimento popular está em como conciliar esses interesses com os interesses também diferenciados dos setores urbanos. Essas dificuldades extrapolam o próprio movimento popular, constituindo-se em um dilema para os partidos, para a Igreja, para a política econômica e para organização política geral do país. Em função das características comunitárias e de solidariedade típicas do camponês, no caso da “nova” Igreja, as CEBs encontraram nele um sujeito privilegiado e elas frutificaram com grande eficácia no mundo rural. A atuação no campo de representantes dessas comunidades

20. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis, Vozes, 1983. p. 74.

eclesiais e de elementos da oposição sindical, bem como de membros da CPT, fortaleceu o movimento sindical e lhe deu um cunho bastante combativo, já demonstrado em lutas memoráveis e em sua participação na CONCLAT e na CUT. Esta força nova alimenta a grande esperança do seu papel na construção democrática da nossa sociedade. E a Igreja realiza af um trabalho fecundo.

G) Uma referência especial cabe às Comissões de Justiça e Paz, aos Conselhos e Centros de Defesa dos Direitos Humanos que, de uma forma ou outra, exerceram influência no movimento popular. Apoiadas pela Igreja, algumas dessas entidades possuem militantes trabalhadores em seus quadros. Por seu trabalho nas campanhas de anistia, de amparo e defesa jurídica de detidos e de exilados, de denúncia contra injustiças e violações de direitos fundamentais, de esclarecimento, de apoio em situações crílicas (menor abandonado, vida nos cárceres, invasões de terrenos etc.), e outras atividades semelhantes, essas entidades forneceram meios para soluções de conjunturas graves e salvaram vidas preciosas, enfretando resistências e pressões dos setores dominantes.

Vale também registrar a existência de grupos, organizações, entidades, de maior ou menor abrangência e chamadas por alguns de “mini-institutos”, que desenvolvem trabalhos diretamente direcionados aos movimentos populares e setores populares em geral, quase sempre com pessoal ligado a atividades das igrejas. Sob formas as mais variadas, eles realizam trabalhos de educação, formação, articulação, organização, planejamento, avaliação, ligados a igrejas e aos setores populares, enfatizando ora uma outra destas dimensões, distinguindo-se por objetivos e métodos de atuação diferenciados e somando-se em múltiplos aspectos comuns. Sem dúvida, eles procuraram e muitas vezes conseguiram, com maior ou menor eficácia, ajudar, estimular, animar, fortalecer os processos de conscientização e organização de militantes, agentes e grupos que participaram (am) de movimentos populares, no período considerado. Levando em conta a riqueza e variedade de experiências e de práticas que os caracterizam, significaram e continuam significando um poderoso instrumento de vitalização e dinamização do movimento popular em seu conjunto. Alguns têm um âmbito de atuação mais nacional, com repercussões a nível latino - americano, outros têm um âmbito de atuação mais regional e local. Uma análise de sua performance, a partir de reflexões internas e externas, aponta a existência de problemas mais graves em uns que em outros, característicos das complexas relações que se dão entre agentes externos, aos setores populares e esses mesmos setores. Uma breve leitura das denominações

dessas entidades, *ainda que não exaustiva*, demonstra a sua diversificação: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); NOVA – Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação; Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Centro de Orientação Missionária (COM), Centro de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEP); Centro de Evangelização e Catequese (CECA); Instituto Teológico de Lins; Instituto de Pastoral da Juventude (Porto Alegre); Instituto de Teologia do Recife (ITER); Instituto Pastoral da Arquidiocese de Campinas; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR – Francisco Beltrão, PR); Serviço de Educação Popular (Guarabira, PB); Departamento de Pesquisa e Assessoria (DEPA, Recife); Instituto Nacional de Pastoral (INP, Brasília); Centro de Documentação e Publicações Populares (João Pessoa); Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS, São Paulo); Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS, Rio de Janeiro); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES, Rio de Janeiro); Centro de Estudos Bíblicos (CEBI, Belo Horizonte); Centro Indigenista Missionário (CIMI, Brasília); Centro Ecumênico de Serviços (CESE, Salvador); e Centro de Pastoral Vergueiro (CPV, São Paulo).

3. *Questões suscitadas pelas relações Igreja e Movimentos Populares*

3.1. Os analistas, quase consensualmente, apontam que os embriões de uma *pastoral popular* efetiva surgiram em fins da década de 50 e início da década de 60. Esses mesmos analistas, sem desconsiderar todos os fatores positivos e os resultados expressivos da participação popular nas atividades e nos movimentos vinculados à Igreja Católica naqueles tempos, enfatizam que ou eram setores de classe média voltados para o povo ou eram equipes de militantes de extração popular muito reduzidas atuando em seus meios. Com o fortalecimento crescente das CEBs e o envolvimento de contingentes numerosos do laicato, religiosos e clero com os setores populares, torna-se mais vigorosa a opção pela pastoral popular. Acontece, então, um processo de influências recíprocas: os movimentos populares envolvem a Igreja em sua dinâmica e a pastoral popular colabora decisivamente para animar, estimular, apoiar e mesmo criar os movimentos populares. Nunca é demais frisar que esse processo não se desenvolveu na mesma intensidade nas várias regiões do país, havendo algumas nas quais a Igreja esteve passiva e até os combateu.

3.2. Tanto as CEBs como a pastoral popular em geral encontram os mesmos problemas e dificuldades que enfrentam os movimentos populares na presente conjuntura: a) unidade; b) autonomia; c) instrumentalização; d) articulação com organizações e partidos políticos; e) fortalecimento da Sociedade Civil e controle do Estado; f) relação dirigentes x bases; g) relação vanguarda x massa; e h) construção da democracia. São problemas de grande complexidade neste país de tantos contrastes e que desafiam todas as pessoas responsáveis. Alguns estudiosos têm trabalhado sobre eles e não é aqui o espaço para abordá-los convenientemente. Tomando o prisma das relações Igreja Católica e as influência recíprocas com os movimentos populares, estes problemas virão a tona de uma forma ou outra, mas com matizes próprios dados por estas relações, com destaque predominante para as implicações na Igreja.

3.3. Alguns comentários sobre a presença das CEBs nos movimentos populares. É sabido que elas foram um fator de fortalecimento de vários movimentos e cresceram em consciência e organização a partir da descoberta e da atuação nos movimentos. Principalmente no período mais repressivo do país, pós - 64, elas se constituíram num espaço social de fertilização desses movimentos, em várias regiões do território nacional, e mesmo em motor do movimento popular em seu conjunto, em outras regiões. Com a abertura relativa do processo socio-político, as tentativas de reconquista dos espaços próprios pelos sindicatos, partidos e outras organizações questionaram as CEBs. O problema da sua identidade ganhou densidade e várias inquietações surgiram, demonstrando a sua vitalidade, necessidade de redefinições e clarificação nas suas relações com os movimentos. Nesta perspectiva:

“Doutro lado, há um dado teológico: as CEBs, enquanto organismo eclesiais, devem guardar sua identidade dentro do movimento popular mais amplo. Na urgência da luta comum, essa poderia ser considerada uma questão secundária. No contexto, porém, de um efetivo compromisso no processo de libertação, permanece como problema teológico fundamental. A identidade cristã inclui a afirmação – expressa simbolicamente – da dimensão escatológica. Mas há também elementos concretos que não são deriváveis de uma simples racionalidade política e que, apesar disso, são reconhecidos como válidos e necessários para o processo de libertação. Por exemplo, a dimensão de gratuidade, a urgência da conversão pessoal, a exigência do amor para com o

inimigo, o compromisso atual com os oprimidos que não possuem grande potencial revolucionário, etc.

Existem algumas interpretações erradas deste relacionamento. Uns consideram as CEBs como espaço 'supletivo', importante porque na conjuntura atual – isso era mais afirmado no período de maior repressão – não há outros espaços disponíveis; outros consideram as CEBs como simples passo em direção ao político ou ao 'verdadeiro' político. As duas interpretações – que têm certa validade – quando absolutizadas instrumentalizam a Igreja, eliminando seu caráter específico que a leva para uma presença contínua – além das conjunturas – na defesa dos direitos universais dos homens”²¹.

Os Encontros Nacionais Interclesiais das CEBs foram um momento de avaliação global e de possíveis respostas a esta situação. Por outro lado, tentativas prematuras de buscar uma definição precisa de sua natureza e tentativas de sua institucionalização por elementos externos à sua dinâmica são riscos perigosos capazes de impedir a sua caminhada e mesmo de deturpá-la.

Levando em conta as ricas experiências de um bom número de CEBs, na linha de uma democratização nas estruturas e relações internas, naquelas com mais vivência e amadurecimento surgem comentários críticos contra as relações de poder hierarquizadas e mesmo autoritárias existentes entre bispo - padre, bispo - fiel, padre - fiel. De forma crescente, em dioceses e paróquias, estimularam práticas democratizadoras em todos os níveis, que quebraram a rigidez e abriram novas potencialidades. Destarte, no conjunto, a longa tradição histórica e efeitos negativos de formação têm impedido um melhor encaminhamento dessa situação e, em vários casos, mesmo setores considerados progressistas e pessoas de mente aberta não conseguem eliminar traços autoritários e verticalizantes postos nas estruturas e nas relações. Isto tem conseqüências diretas nas atitudes e comportamentos dos leigos, que permanecem como parceiros menores e dependentes, impedindo sua efetiva elevação e tomada de responsabilidade plena em suas funções. Os controles sobre o “rebanho” incidem conseqüentemente sobre sua ação nos movimentos populares, gerando dificuldades em situações bem concretas, e, em conjunturas extremas, a afastamentos e abandono da instituição. Há muito que avançar neste ponto.

21. PERANI, C. Comunidades Eclesiais de Base e movimento popular. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, (75): 32, set./out., 1981.

3.4. Nesta perspectiva de controles rígidos do clero sobre o laicato, outros tópicos merecem atenção. A tendência universal das instituições de se voltarem sobre si mesmas é reforçada na Igreja Católica pela sua centralização romana e pela diversidade de situações que tem de enfrentar, enraizada que está em todos os recantos do mundo. O bispo e o padre que historicamente, com raríssimas exceções, sempre centralizaram as ações da Igreja, viram reforçadas suas posições de condução do processo nos anos pós - 64 até o início da abertura consentida, quando o espaço aberto aos movimentos populares e liberais lhes propiciaram certa liderança nova e um certo prestígio diferentes e que a realidade anterior não lhes possibilitava. Um desconhecimento de processos pedagógicos de formação, um despreparo na educação política, a timidez e falta de condições do laicato para questionar esta realidade são fatores impeditivos do surgimento e crescimento dos intelectuais orgânicos dentre os fiéis e, por extrapolação, das classes populares.

Derivada deste controle, surge a questão das “infiltrações”, principalmente referidas aos grupos e tendências de esquerda. Digo principalmente por parte da esquerda, já que as “infiltrações” da direita sempre existiram e permanecem, mas, por motivos óbvios, elas não são comentadas nem questionadas pelas autoridades eclesásticas, civis, e pela maioria dos meios de comunicação de massa. “Se não devemos concordar com determinadas atitudes de instrumentalização das CEBs para outras finalidades, devemos também, e sobretudo, reconhecer o valor positivo de uma colaboração que ajudou as CEBs a abrirem-se para uma visão mais política e, ao mesmo tempo, mais evangélica”²². Uma grande dificuldade das CEBs e de outros setores da pastoral popular esteve centrada no fato de descobrir que na caminhada pela libertação eles encontraram novos companheiros de outras religiões, e companheiros sem religião, falando uma linguagem diferente, agindo com os mesmos objetivos mas a partir de outros pressupostos e de outra visão de mundo. Este encontro se complexificou quando eles se depararam com pessoas com um discurso mais articulado e que traziam posições político - ideológicas mais definidas, ou pessoas que agiam dirigidas por estratégias e táticas determinadas de fora. E essas pessoas, por força das circunstâncias, participavam, mais ou menos, das atividades das CEBs e da pastoral popular. Excluindo aquelas que premeditadamente instrumentalizaram e mesmo atrapalharam, por assumirem

22. C. PERANI, *op. cit.*, p.32.

posturas autoritárias e vanguardistas, houve as que colaboraram efetivamente para uma tomada de consciência da realidade e para ações mais organizadas. E não se pode desprezar o reconhecimento de que várias dessas pessoas descobriram um novo sentido de vida nas comunidades e nas atividades da pastoral, uma redescoberta da própria religião que elas haviam perdido na noite do tempo.

E por último, mas não menos importante, este controle tende à tentação de constituir novas cristandades, agora com roupagens progressistas, à busca de receitas políticas cristãs com controle da Igreja. Não obstante, tomando por outra ótica, em toda a construção da sociedade, sob qualquer regime, a Igreja defende interesses específicos da instituição (por exemplo, o direito ao culto e à liberdade religiosa) e interesses pessoais específicos de grupos de cristãos encarnados (por exemplo, o ensino religioso), que são reivindicações legítimas a serem resguardadas. Como conciliar estas dimensões, variáveis historicamente em cada situação concreta, são temas de fundo que não podem ser esquecidos.

3.5. A propósito da última questão, vale uma reflexão sobre as diferenças entre a racionalidade da política e a racionalidade da religião, com base em problemas reais engendrados nas relações da Igreja com os movimentos populares. Muitas confusões e interrogações advêm da falta de discernimento sobre as diferenças e aproximações possíveis entre discursos e práticas. Exemplificando:

- o emprego de noções tais como – “Povo de Deus”, “opção preferencial pelos pobres”, “oprimidos” – e suas correspondências ou não com noções dadas por uma análise sociológica de classes sociais tais como – “proletariado”, “classes populares”, “classes subalternas”;
- o objetivo de construção da sociedade versus o objetivo de construção do Reino de Deus;
- práticas políticas de tomada do poder, de manutenção de posições antagônicas e suas relações com práticas pastorais evangelizadoras de serviços, de reconciliação;
- o uso de critérios específicos da política tais como – eficácia, correlação de forças, hegemonia, dominação – e o uso de critérios finalísticos da religião.

Enquanto os agentes procuram, de múltiplas formas, mostrar às bases as distinções teórico - práticas sobre estas diferenças e sobre as aproximações existentes entre elas, muitas vezes carregadas de ambigüidades e sem a precisão desejável, a imensa maioria das pessoas envolvidas nas CEBs e na pastoral popular não consegue entendê-las. O que se percebe é que as confusões permanecem nas discussões mais teóricas e tendem a diminuir na ordem prática. Como proposição geral se pode afirmar que somente um amadurecimento proveniente basicamente da prática, e que vai sendo refletido teoricamente com muita dificuldade, mas com avanços conhecidos, aponta as soluções. É bastante complicado conseguir uma *integração* das várias esferas e que guarde a *especificidade* da vida familiar, da vida sindical, da vida profissional, da vida religiosa, da vida política.

Com base nos estudos feitos sob a égide da teologia da libertação, inúmeras dúvidas vêm sendo dirimidas e clarificadas. Em que pese o afastamento ainda reinante entre ciência e teologia, e o desconhecimento e até certo desprezo dos cientistas sociais com relação à teologia da libertação, ao menos tem havido uma dose de boa vontade crescente da parte desses cientistas em ouvi-la, e uma simpatia maior com base nas posições assumidas pela Igreja tida como progressista, mas não traduzida em laços mais estreitos. Novas reflexões têm avançado hipóteses de interpretação criativas e inovadoras a partir de grupos de estudiosos (historiadores, sociólogos, psicólogos, politicólogos etc.) da religião, nas universidades e fora delas. A realidade da participação dos cristãos no movimento popular de muitos países da América Latina, com destaque para o Brasil, e das situações polares da América Central (Guatemala, El Salvador, Nicarágua), gerou preocupações e estudos em campos opostos, como por exemplo nos Estados Unidos (Relatório Rockefeller e outros) e em Nicarágua e Cuba (por parte dos governos) que apontam para novas facetas no debate destes temas.

3.6. No que tange ao tema da *política*, cabem comentários adicionais. É conhecida a ambivalência das relações mantidas pela Igreja com a política, em plano mundial: de uma parte, influenciando diretamente governos, autoridades, sistemas, eleições, candidatos, políticos etc., de outra parte, fazendo restrições à participação política em determinados partidos e assuntos polêmicos. Essas relações adquirem novos contornos, de difícil encaminhamento, principalmente entre Igreja e Estado, tanto nos países capitalistas, quanto nos países socialistas. E elas tornam-se áridas e limitativas nos casos de processos revolu-

cionários, tendendo ora a excessivas cautelas, ora a impedimentos, ataques, controles, medo e falta de liberdade.

No Brasil, não faltam análises dos compromissos que a Igreja sempre manteve com o Estado e os setores dominantes, e da inflexão iniciada em fins dos anos 50 e começo de 60, com ênfase no pós -70, em que setores expressivos da Igreja em seu todo colocaram-se ativamente a serviço dos setores populares.

É sabido que o movimento popular se defronta com variados problemas nas suas relações com a política, já apontados neste texto. Um deles, complexo, é de como conseguir um salto qualitativo através de condutas políticas, expresso pela entrada em partidos políticos, em organizações políticas de vários níveis, das quais a CONCLAT e a CUT são exemplos típicos. Discutem-se desde critérios para reformulação partidária, constituinte, até as possibilidades de criar formas inovadoras de participação e de organização, dentro dos partidos e extra - partidárias. Uma forma também intensa tem sido a da regeneração do sindicato ou mudança da estrutura sindical. Sem desconsiderar outras militâncias, os movimentos populares mais organizados se dividiram entre o PMDB e o PT e, pelo menos, até o ano eleitoral (1982) havia neles mais interrogações que respostas, sem contar as suas frustrações por não poderem vencer pelo voto os estratagemas e casuísmos do governo e do PDS.

Nesse contexto, uma grande parcela de membros das CEBs e de grupos da pastoral popular, de militantes de movimentos populares, a princípio com enormes resistências – motivadas pelos erros e vícios estruturais que marcam a vida sindical e partidária brasileira – e pouco a pouco com aceitação crescente, entrou decisivamente na luta pela conquista de direções sindicais, pela criação de comissões de fábricas, de comissões de direitos humanos, entre outras, e nos partidos políticos, aprendendo com as vitórias e as derrotas. Esta presença trouxe interrogações e questionamentos importantes para o futuro deles e mesmo dos movimentos populares.

Em certas atitudes e comportamentos deste período, nem sempre possíveis de se evitar, a Igreja, por meio da CNBB, dos Regionais e de dioceses, funcionou como “partido”. Isto é mais difícil de se evitar, em inúmeros rincões deste país nos quais a Igreja é a única força organizada presente, e sem ela seria bem mais demorado sair da inércia social. Em outras ocasiões, nas fases de maior repressão e nos momentos de completa ausência das oposições, a Igreja se manifestou de modo fecundo na crítica do modelo perverso, das injustiças do sistema e das estruturas, na defesa dos direitos humanos, na defesa do próprio movimento popular. Mas esta presença explícita na política cria visgo e, por

inércia, não é tão fácil abandoná-la ou mudar de rota. Os problemas da relação da Igreja com a política ganham então novos matizes.

Perdura a tentação de cristandade já apontada, na linha da Igreja querer ditar as regras do jogo, em pelo menos três direções: a) na idéia de substituir as teorias elaboradas pelas ciências sociais, pelas orientações da doutrina social da Igreja; b) no desejo de pretender dizer qual deva ser o melhor modelo e/ou sistema de sociedade; e c) na indicação de quais devam ser os projetos concretos de construção dessa sociedade pretendida.

Persistem as dificuldades de entendimento de como alcançar a libertação material e espiritual, se ela é concomitante ou separada, questão ampliada pelas diferenças gritantes existentes entre os povos das sociedades abundantes e das sociedades subdesenvolvidas e miseráveis. A mediação da política comparece aqui como o meio privilegiado e insubstituível.

Permanecem as incompreensões de como distinguir a prática pastoral da prática política, tema que já tivera uma conjuntura crítica na participação política da JUC nos anos 60 - 64 e que se acirrou com o engajamento de membros da Ação Católica na Ação Popular. Merecem destaque neste ponto questões como: se seria desejável ou não separar a militância em um sindicato ou em um partido da militância em uma CEB ou em um grupo de pastoral popular, principalmente quando a função exercida é de maior responsabilidade (dirigente, secretário etc.); se não é neste exato momento que o apoio da comunidade local e de Igreja se faz fundamental; como superar a saída de um trabalho na base – por exemplo, para ocupar um cargo público numa dada instituição, para atuar como representante político (vereador, deputado etc.) –, sem perder os vínculos com esta mesma base ou com a base em geral, já que se irá atuar em outras esferas, em outro contexto vital etc. Penso que só com o amadurecimento progressivo da sociedade brasileira como um todo e da Igreja Católica em particular, com os resultados concretos destas distintas práticas e as reflexões que enseja, os caminhos se clarearão e muitas respostas, que já estão acontecendo aqui e acolá, surgirão em sua plenitude.

3.7. Um tema estimulante que irrompeu no movimento popular, principalmente nos assim chamados movimentos de bairros, tem sido o da *presença da mulher*, presença ativa e quase sempre desconhecida pelas tradicionais organizações de base masculina. Essa irrupção desconcertou mais ainda os arraiais eclesiais, despreparados para enfrentar essa realidade.

Com exceção do destaque dado à figura de Maria e às de algumas santas em particular, nas quais são valorizadas algumas notas que tipificaram tradicionalmente a imagem da mulher, e que perduram até os dias de hoje, o tema feminino encontra sérias reservas e resistências na Igreja como um todo e no corpo eclesialístico em especial. Por consequência direta desta visão fechada, temas tais como controle de natalidade, usos do corpo, aborto, sexualidade etc. padecem da mesma visão restritiva. A presença da mulher no conjunto da vida da Igreja, na maioria dos casos, é vista como subordinada, quando não minimizada ou olvidada.

Não é à toa pois que vem causando espécie a participação pastoral crescente de alguns setores das religiosas, qualificada ademais pela criticidade progressiva que vêm apresentando quanto ao sentido dado à sua missão no interior das ordens e congregações, e da Igreja em sua totalidade. Por outro lado, algumas mulheres, individualmente ou em grupos, tanto no passado (principalmente na Ação Católica Especializada), quanto no presente, se conscientizaram, lutaram e reivindicaram mudanças nessa situação

Histórica e estruturalmente, a sociedade brasileira tratou a mulher de modo secundário, e algumas pioneiras e grupos pequenos tentaram sensibilizar a opinião pública e tomar medidas concretas para tentar modificar tal estado de coisas. Nos últimos anos, o movimento feminista, com ramificações em vários setores populares, cresceu e já obteve vitórias, vencendo obstáculos não desprezíveis e contradições internas e externas. Uma de suas vicissitudes surge exatamente na dificuldade de conseguir ligar os interesses específicos dos setores populares com os dos setores de classe média.

A primeira explicação para esta participação das mulheres no movimento popular, com destaque especial para os grupos e organizações que atuam a nível dos bairros, está no fato de que elas estão ali permanentemente, e a maior parte das reivindicações pela reprodução as afeta diretamente.

“Quem andar pelo bairro num dia de semana depois das 8 horas da manhã, só vai encontrar mulheres, crianças e velhos. O cotidiano do bairro é o cotidiano dos pequenos afazeres domésticos; é um cotidiano estruturado e regido pelas mulheres; suas casas e o pequeno amontoado de ruas da vila são o seu espaço, do mesmo modo que a cidade e o local do trabalho compõem o espaço dos homens e das mulheres que trabalham fora. Para aquelas que não trabalham, as casas e a vila constituem não apenas o universo que

lhes é próprio, como também o único (. . .). Mas, se nas cidades elas se sentem perdidas, sobre esse pequeno espaço elas têm total domínio”²³.

Nos últimos anos, este cenário vem se modificando com a presença crescente dos homens desempregados. E mesmo homens e mulheres empregados participam de algum modo nas poucas horas livres. Mas é válido perguntar por que essa presença marcante na cena social e política? Que relação tem o fenômeno com a nova dinâmica da Igreja Católica? Interpretações mais rigorosas estão dependendo de pesquisas apropriadas. Estudos em andamento levantam certas hipóteses que vale registrar:

a) a presença maior do contingente feminino comparativamente ao masculino, nas atividades da Igreja em todas as suas modalidades, fenômeno histórico que as torna um público fiel e com mais facilidade de ser mobilizado nas paróquias e comunidades;

b) sua reconhecida capacidade de doação a determinadas tarefas comunitárias;

c) a maior reserva de tempo disponível para reuniões e outras atividades que se realizam durante o dia;

d) a proximidade natural com as religiosas, que têm atuação destacada nos bairros;

e) a maior docilidade nas relações com o clero secular e religioso, que atua nas paróquias e na pastoral popular.

Os estudos indicam, ainda, que, nas CEBs e organizações populares com grande participação feminina, a discussão de temas familiares (filhos, escola, creches, trabalhos manuais etc.) faz-se sem problemas e com vivacidade. Temas sociopolíticos comparecem com assiduidade, ainda que em menor escala, quando já há nível de politização razoável. Exatamente nos temas postos pelo movimento feminista é que a discussão é parca, sendo que nos últimos anos, aqui e acolá, ela começa a florescer. Sem dúvida, a influência da visão conservadora da Igreja, manifesta na sua antropologia, na condição feminina na Bíblia, na concepção de família, na sua moral sexual, constitui grande empecilho

23. CALDEIRA, Teresa P.D. *A sociedade e o poder: suas representações no cotidiano das classes populares urbanas*. São Paulo, 1980. (mimeo), apud SIDNEY, J.C., O.M.S. & FERNANDES, Y.M. Igreja e mobilização popular: as Comunidades Eclesiais de Base. In: *Cadernos do CEAS*. Salvador, (75): 39, set./out., 1978. nota 6.

para uma compreensão mais aberta da questão, e não tem acompanhado a evolução desenvolvida na teologia e em outros campos de reflexão e de prática.

3.8. Penso que, no conjunto, as ligações entre a Igreja Católica e o Movimento Popular, sem desconhecer todas as implicações negativas, algumas das quais aqui indicadas, foram convenientes para ambas, no período analisado. Da parte da Igreja, houve um apoio e animação substantivos ao movimento popular em sua globalidade, expressos nas multivariadas formas de conscientização, de mobilização e de organização do povo. A Igreja formou, com maior impacto e consistência, centenas de agentes e de elementos dos grupos e organizações que estruturaram os movimentos, socializando-os e ressocializando-os. Neste trabalho de monta, ela colaborou para o fortalecimento do movimento popular, no campo e na cidade, base indispensável para o fortalecimento conseqüente da própria Sociedade Civil brasileira. Formou cidadãos, lideranças críticas e responsáveis, permitiu um crescimento do conhecimento da realidade social e da consciência de classe. Obrigou o Estado e os setores dominantes a reverem posições cristalizadas, a modificarem métodos de ação e relações com os humildes e os pobres, com os trabalhadores em geral. Da parte do Movimento Popular, sua entrada sistemática na Igreja mudou a reflexão teológica e pastoral, modificou a liturgia e a espiritualidade. O Clero (padres e bispos) e os religiosos, em número ponderável, se revitalizaram e encontraram um novo significado para a sua missão religiosa, mudando estruturas de ordens e congregações, modificando práticas religiosas, ensejando modificações de fundo na formação dos seminários. A redescoberta do povo pobre realimentou a leitura da Bíblia e do Evangelho, possibilitando uma prática mais coerente e um compromisso renovado de muitos.